

Olá, pessoal! Como já devem ter visto, dois bons concursos estão na praça: Fiscal do ISS de São Paulo e Auditor Fiscal do Ceará. As bancas são, respectivamente, a Fundação Carlos Chagas (FCC) e a Escola de Administração Fazendária (ESAF). São excelentes cargos e vale a pena dar um gás para tentar conquistar uma vaguinha. Aproveitando o ensejo, vamos falar hoje sobre um assunto comum aos dois concursos: o Fluxo de Caixa e a Demonstração de Fluxo de Caixa.

No concurso de São Paulo, o assunto aparece no item 27 do programa de Contabilidade:

“Demonstração do Fluxo de Caixa: conceitos, principais componentes, formas de apresentação, critérios e métodos de elaboração e interligação com o conjunto das demonstrações contábeis obrigatórias”

No concurso do Ceará, o fluxo de caixa aparece no item 10 do programa:

“Análise da Gestão de Caixa: Índices e Prazos Médios, Análise do Capital de Giro e Fluxo de Caixa”

Nossa aula será dividida em duas partes. Hoje veremos os conceitos iniciais sobre a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), bem como o primeiro método de sua elaboração (método direto). Na aula que vem, falarei sobre o segundo método de elaboração da DFC (método indireto ou da reconciliação) e veremos alguns exercícios cobrados em concursos anteriores. Vamos à aula!

Demonstração de Fluxo de Caixa (1.ª parte)

O fluxo de caixa é evidenciado através da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), uma demonstração de grande importância na análise da empresa, porque evidencia as modificações ocorridas nas disponibilidades da entidade (Caixa e Bancos Conta Movimento, principalmente).

Note que, apesar do nome, a DFC não evidencia apenas as mudanças na conta Caixa, mas em todas as contas de disponibilidades.

Um conceito importante é o de equivalente-caixa, que corresponde às Aplicações de Liquidez Imediata, conta integrante do disponível da empresa, e que representa as aplicações que podem ser resgatadas imediatamente, apresentando, portanto, baixo risco de alteração de seu valor.

A DFC não é uma demonstração obrigatória pela Lei 6.404/76. Entretanto há proposta, no Congresso Nacional, para introdução de modificações na Lei das S.A., transformando a DFC em peça obrigatória para as companhias. Entretanto, até o momento, esta demonstração permanece como peça facultativa.

Sabemos que a Contabilidade calcula o resultado do exercício segundo o regime de competência (resultado econômico). Assim, na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as receitas e despesas apresentadas lá figuram porque seus fatos geradores ocorreram, independentemente de ter havido pagamento ou recebimento, isto é, saída ou entrada de numerário no Caixa (Caixa em sentido amplo, significando Caixa ou Bancos Conta Movimento).

O resultado apurado pelo regime de caixa (resultado financeiro) pode ser diferente do resultado econômico. O fluxo de caixa não é necessariamente coincidente com o fluxo econômico, sendo normalmente diferente. Por exemplo, a empresa pode apurar lucro econômico (apresentado na DRE), e prejuízo financeiro (evidenciado na DFC). Vejamos o caso abaixo:

DRE da Companhia ALFA em 31/12/2005:

Vendas à vista	20.000
Vendas a prazo	50.000
(-) CMV	(40.000)
(=) Lucro Bruto	30.000
(-) Depreciação	(2.000)
(-) Amortização	(2.000)
(-) Outras Despesas Operacionais	(6.000)
(=) Lucro Operacional	20.000
(-) Imposto de Renda (25%)	(5.000)
(=) Lucro Líquido	15.000

Observações:

- 1) Não havia estoque inicial e todas as mercadorias adquiridas no período foram vendidas.
- 2) Metade das compras só serão pagas em 31/01/2006.
- 3) O IR será recolhido até 31/03/2006.

Observamos que houve lucro econômico de 15.000, mas quanto desse valor entrou efetivamente em Caixa? Será que o fluxo de caixa (financeiro) acompanhou o fluxo econômico? Note que apenas 20.000 de vendas foram recebidos (vendas à vista). Além disso, existem despesas que, embora incorridas, não geraram diminuição do Caixa (depreciação e amortização). O exemplo informa, ainda, que apenas metade das compras foram pagas, e que o imposto de renda só será recolhido em fins de março de 2006. Pelo regime de caixa, teríamos:

Vendas recebidas	20.000
(-) Compras pagas	(20.000)
(-) Despesas Pagas	(6.000)
(=) Prejuízo Financeiro	(6.000)

Como os estoques inicial e final eram iguais a zero (observação 1), concluímos que o valor do CMV corresponde ao valor das compras no período ($CMV = EI + C - EF$).

Veja que, embora tenha havido, em 2005, resultado econômico positivo de 15.000, o resultado financeiro da empresa foi de 6.000 negativo. Este resultado financeiro é evidenciado na Demonstração de Fluxo de Caixa, daí a grande importância desta demonstração na análise da situação financeira de uma empresa.

A DFC representa, assim, as entradas e saídas de dinheiro em Caixa (sentido amplo), especificando a razão destes fluxos de numerário. Doutrinariamente, costuma-se classificar os fluxos de caixa em 3 grupos:

- Fluxos das Operações
- Fluxos dos Financiamentos
- Fluxos dos Investimentos

Os fluxos das operações são os decorrentes das atividades operacionais da empresa, ou seja, decorrentes da exploração do objeto social da empresa, como os recebimentos de vendas de mercadorias ou de prestações de serviços, o pagamento de fornecedores, de salários, de impostos decorrentes das vendas e de outras despesas operacionais.

Os fluxos dos financiamentos são referentes aos empréstimos e financiamentos captados pela empresa, incluindo o recebimento dos empréstimos e o desembolso feito nas amortizações de tais dívidas. Neste grupo, incluem-se, também, os recursos recebidos dos sócios (integralizações de capital em dinheiro) e os dividendos pagos aos acionistas.

Os fluxos dos investimentos estão ligados aos desembolsos referentes às aquisições de ativos imobilizados, que são utilizados na produção de bens e serviços, de investimentos em outras sociedades, bem como os recebimentos na alienação desses ativos. Incluem, ainda, os desembolsos relativos à concessão de empréstimos a terceiros e os recebimentos na amortização desses empréstimos.

Quanto aos métodos de elaboração da DFC, existem dois métodos, como foi dito acima:

- Método Direto
- Método Indireto ou da Reconciliação

As diferenças entre os dois métodos referem-se apenas à forma de evidenciação dos fluxos das atividades operacionais. Os fluxos das atividades de financiamento e das atividades de investimento são demonstrados de igual maneira nos dois métodos.

Método Direto

No modelo direto, os fluxos operacionais são evidenciados pela análise direta das entradas e saídas de dinheiro em Caixa e Bancos. São evidenciados, portanto, todos os pagamentos e recebimentos feitos no período.

A DFC é elaborada a partir da análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. Vejamos um exemplo:

DRE da Companhia BETA em 31/12/2005:

Vendas	3.000
(-) CMV	<u>(1.600)</u>
(=) Lucro Bruto	1.400
(-) Despesas Operacionais	<u>(900)</u>
(=) Lucro Operacional	500
(-) Provisão para IR	<u>(200)</u>
(=) Lucro Líquido	300

Balanço Patrimonial da Companhia BETA em 31/12/2005:

<u>ATIVO</u>			<u>PASSIVO</u>		
	<u>2004</u>	<u>2005</u>		<u>2004</u>	<u>2005</u>
<u>Ativo Circulante</u>			<u>Passivo Circulante</u>		
Caixa	150	100	Fornecedores	300	600
Clientes	600	900	Empréstimos	400	600
Estoques	550	700	Provisão para IR	200	400
<u>ARLP</u>			<u>PELP</u>		
Títulos a Receber	100	100	Financiamentos	500	100
<u>Ativo Permanente</u>			<u>Patrimônio Líquido</u>		
Investimentos	400	600	Capital Social	1.000	1.000
Imobilizado	600	600	Lucros Acumulados	100	400
Diferido	100	100			
<u>Total</u>	<u>2.500</u>	<u>3.100</u>	<u>Total</u>	<u>2.500</u>	<u>3.100</u>

Observe que o lucro econômico da Companhia BETA foi de 300, mas as disponibilidades sofreram uma redução de 50 (conta Caixa em destaque no Balanço). A DFC mostrará a razão disso.

Inicialmente, devemos calcular o montante de vendas que foi recebido e o valor das compras que foi efetivamente pago. Iniciemos com as vendas.

Um bom artifício é considerar que todas as vendas foram feitas a prazo, transitando inicialmente, portanto, pela conta Clientes. Pela análise da variação da conta Clientes, calculamos o valor das vendas efetivamente recebidas:

<u>Clientes</u>	
Saldo Inicial ← 600	X → Recebimento de Vendas
Vendas ← 3.000	
Saldo Final ← 900	

$$600 + 3.000 - X = 900 \rightarrow X = 2.700 \text{ (vendas efetivamente recebidas)}$$

Para achar o valor pago pelas compras, devemos primeiramente calcular o valor total das compras do período. Para isso, utilizamos a fórmula do CMV:

$$\begin{aligned} \text{CMV} &= \text{EI} + \text{C} - \text{EF} \\ 1.600 &= 550 + \text{C} - 700 \\ \text{C} &= 1.750 \end{aligned}$$

Resta saber que parcela destas compras (1.750) foi efetivamente paga. Utilizaremos o mesmo procedimento utilizado para as vendas, isto é, considerar que todas as compras foram feitas a prazo. Analisemos a variação da conta Fornecedores:

Fornecedores	
Pagto. de Compras ← Y	300 → Saldo Inicial 1.750 → Compras
	600 → Saldo Final

$$300 + 1.750 - Y = 600 \rightarrow Y = 1.450 \text{ (compras efetivamente pagas)}$$

Analisemos agora as despesas operacionais constantes da DRE. Terão sido elas realmente pagas ou apenas incorridas? Observando o Passivo Circulante da Companhia BETA, não notamos o surgimento de novas contas de Despesas a Pagar. Isso significa que todas as despesas operacionais foram efetivamente pagas. Caso houvesse alguma conta de obrigação decorrente de despesas não pagas, seu saldo seria subtraído do valor total das despesas incorridas, evidenciando o valor efetivamente pago.

Note também que a Provisão para o IR ainda não foi paga, figurando como obrigação no Balanço Patrimonial (aumento de 200 no saldo da conta). Assim, este valor não aparecerá na DFC.

Observando a conta Empréstimos, percebemos também o aumento de 200 em seu saldo, o que representa nova entrada de dinheiro nas disponibilidades.

Verifiquemos agora os grupos não circulantes. Nota-se que houve redução de 400 no saldo da conta Financiamentos evidenciando a amortização desta obrigação com conseqüente redução das disponibilidades.

No Ativo Permanente, percebemos, ainda, o aumento de 200 dos Investimentos, indicando aquisição de novas participações, o que evidencia desembolso de Caixa.

Em relação à variação da conta Lucros Acumulados (aumento de 300), trata-se do ingresso do Lucro Líquido do exercício. Os efeitos do lucro líquido nas disponibilidades já foram analisados por meio dos raciocínios acima.

Estamos agora em condições de elaborar a DFC pelo método direto. Eis como seria apresentada a demonstração:

DFC da Companhia BETA em 31/12/2005:

<u>Saldo Inicial das Disponibilidades:</u>	150
<u>Fluxos das Operações:</u>	
(+) Recebimento de Vendas	2.700
(-) Pagamento de Compras	(1.450)
(-) Pagamento de Despesas Operacionais	<u>(900)</u>
(=) Caixa Gerado pelas Operações	350
<u>Fluxos dos Financiamentos:</u>	
(+) Empréstimos Bancários	200
(-) Amortização de Financiamentos	<u>(400)</u>
(=) Caixa Gerado pelos Financiamentos	(200)
<u>Fluxos dos Investimentos:</u>	
(-) Aquisição de novos Investimentos	<u>(200)</u>
(=) Caixa Gerado pelos Investimentos	(200)
<u>Varição Total das Disponibilidades:</u>	(50) → prejuízo financeiro de 50
<u>Saldo Final das Disponibilidades:</u>	100

O prejuízo financeiro de 50 foi decorrente da soma algébrica dos valores de Caixa gerados pelos fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos (350 – 200 – 200).

Vimos, portanto, que, embora tenha apurado lucro líquido no exercício, a Companhia BETA amargou um fluxo de caixa negativo, isto é, uma redução em suas disponibilidades, principalmente em função da amortização dos financiamentos (400) e da aquisição de novos investimentos (200). Assim, a DFC explica a razão da diferença entre o resultado econômico e o resultado financeiro da empresa, sendo demonstrativo importantíssimo na análise da situação financeira da entidade.

Bom, pessoal, por hoje é só. Espero que tenham gostado da aula. Em nosso próximo encontro, abordaremos o método indireto de elaboração da DFC, e veremos alguns exercícios de concursos anteriores.

Um grande abraço!

Luciano Oliveira
www.editoraferreira.com.br